

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída por meio da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1971, previu a criação das Agências de água, sendo que, a criação será mediante solicitação dos Comitês de Bacia Hidrográfica e autorizado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos ou pelos Conselhos Estaduais. As Agências de Água, cf. a lei supramencionada, exercerão a função de secretaria executiva dos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica.

A Agência Peixe Vivo, pessoa jurídica de direito privado, é uma associação civil sem fins lucrativos criada em 15 de setembro de 2006. Nos moldes do seu Estatuto Social a finalidade precípua (não exclusiva) da Agência Peixe Vivo pode ser assim sintetizada:

- ✓ Atuar como Entidade Delegatária ou Equiparada à Agência de Águas ou Agência de Bacia, em observância as cláusulas e condições do Contrato de Gestão ou Instrumentos equivalentes;
- ✓ Promover estudos e projetos sobre recuperação e conservação ambiental, gestão integrada de territórios e geração e gestão de ativos territoriais;
- ✓ Atuar como agente de apoio e/ou de operacionalização de ações, programas e projetos da modernização administrativa e tecnológica e do desenvolvimento institucional, que vise à melhoria da qualidade de serviços e valores culturais, socioambientais e econômicos;
- ✓ Receber, gerir e aplicar recursos públicos e privados, destinados a implementação de estudos, projetos, pesquisas em defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- ✓ Receber, gerir, aplicar e executar medidas previstas em programas socioeconômicos e socioambientais, incluindo a promoção de assistência social aos impactados e vítimas de desastres ambientais;
- ✓ Prestar serviços próprios à terceiros, pelos quais será remunerada, tais como, ministrar cursos e capacitações, seminários, oficinas, elaboração de material didático, elaboração de projetos, programas e planos, entre outros, após aprovação do Conselho de Administração;
- ✓ Promover articulação entre diferentes setores da sociedade no sentido de atender aos itens acima.

Atualmente, a Agência Peixe Vivo está legalmente habilitada a exercer as funções de Agência de Bacia para três Comitês estaduais mineiros, CBH Velhas (SF5); CBH Pará (SF2) e CBH Paraopeba (SF3), e para o Comitê Federal da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

No exercício das suas atribuições, o tratamento cuidadoso destes dados é uma prioridade para a Agência Peixe Vivo. Para tanto, cumprimos as normas e regulamentações aplicáveis, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

Esta política de privacidade se aplica ao nosso site e aos nossos processos corporativos internos e externos que tratam dados pessoais. Cada um de nossos operadores de dados pessoais (ex.: nossos fornecedores, prestadores de serviço, parceiros, etc.), possui sua própria política de privacidade, cujo conteúdo será de responsabilidade deles.

Esta política fornece uma visão abrangente do processamento de dados pessoais na nossa empresa, suas finalidades e bases legais, bem como os direitos dos titulares e como exercê-los.

Quando houver a necessidade de seu consentimento, nós lhe informaremos e solicitaremos o seu consentimento específico para aquele fim.

Vale lembrar que adotaremos medidas técnicas e organizacionais para proteger seus dados pessoais.

No tratamento de seus dados pessoais utilizamos as seguintes premissas/princípios:

- ✓ Tratar dados pessoais de forma justa e legal;
- ✓ Avisar aos titulares sobre o tratamento de seus dados pessoais e sobre os seus direitos;
- ✓ Coletar dados pessoais para finalidades específicas e legítimas e não realizar nenhum outro tratamento que seja incompatível com tais finalidades;
- ✓ Armazenar os dados pessoais de forma adequada;
- ✓ Na medida do possível, manter os dados pessoais corretos e atualizados;
- ✓ Tratar os dados pessoais de forma que seja razoável e não excessiva para as finalidades para as quais são coletados e processados;
- ✓ Armazenar os dados pessoais pelo tempo que for necessário para os objetivos; e
- ✓ Proteger os dados pessoais com medidas de segurança físicas, técnicas e organizacionais apropriadas para evitar acesso não autorizado, tratamento ilegal, perda, destruição e dano não autorizado ou acidental.

2. CONCEITOS PRINCIPAIS

Agentes de tratamento: o controlador e o operador.

Anonimização: utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo.

Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD: órgão da administração pública federal responsável por zelar, implantar e fiscalizar o cumprimento da LGPD em território nacional.

Colaboradores: pessoas contratadas para integrar o quadro de funcionários da Agência Peixe Vivo.

Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.

Controlador de dados pessoais: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Cookies: arquivos que contêm pequenas partes de dados que são compartilhados entre um dispositivo tecnológico e um servidor web com intuito de tornar a navegação mais amigável e melhorar a experiência do usuário.

Dados pessoais: significa quaisquer informações fornecidas e/ou coletadas pela APV, por qualquer meio, ainda que públicos, que: (I) quando usadas em combinação com outras informações tratadas pela APV, identifiquem um indivíduo; ou (II) por meio das quais a identificação ou informações de contato de uma pessoa física possam ser derivadas. Os dados pessoais podem estar em qualquer mídia ou formato, inclusive registros eletrônicos ou computadorizados, bem como em arquivos baseados em papel. Os dados pessoais, no entanto, não incluem telefone comercial, número de celular comercial, endereço comercial, e-mail comercial.

Dados pessoais sensíveis: dados pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dados referentes à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculados a uma pessoa natural.

Encarregado ou DPO (Data Protection Officer): pessoa designada pela APV para atuar como canal de comunicação entre a empresa, os titulares dos dados pessoais e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

Incidente de segurança com dados pessoais: qualquer evento adverso confirmado, relacionado à violação na segurança de dados pessoais, tais como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte na destruição, perda, alteração, vazamento ou ainda, qualquer forma de tratamento de dados pessoais inadequada ou ilícita, os quais possam ocasionar risco para os direitos e liberdades do titular.

Legítimo interesse: é o fundamento legal pelo qual o controlador pode tratar dados pessoais, sem o consentimento do titular, desde que respeitados os direitos e liberdades deste último e que tenha fins de tratamento justificáveis.

Operador de dados pessoais: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

Titular de Dados: qualquer pessoa física cujos dados pessoais são processados no âmbito de um processo que se enquadra no escopo desta política.

Tratamento de dados pessoais: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle de informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

3. DIRETRIZES

As atividades de tratamento de dados pessoais pela APV deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

Adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento.

Finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.

Livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais.

Não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos.

Necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados.

Prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais.

Qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.

Responsabilização e prestação de contas: demonstração, pela APV, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

Segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.

Transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial.

4. PARA QUE SÃO UTILIZADOS OS DADOS PESSOAIS

Você não precisa revelar sua identidade ao utilizar nossos sites. No entanto, caso deseje entrar em contato conosco, poderemos solicitar seu nome e e-mail. A decisão de fornecer esses dados é sua.

Ao estabelecermos ou planejarmos estabelecer uma relação jurídica (seja como cliente, empregado, prestador de serviços ou outros terceiros relacionados), nós coletamos e processamos seus dados pessoais para alcançar os objetivos dessa relação.

Os dados pessoais necessários para a prestação dos nossos serviços não dependem de consentimento e serão utilizados para finalidades específicas. Quando processamos seus dados com base em legítimo interesse, comprometemo-nos a ser transparentes e a respeitar os direitos dos titulares. Não utilizaremos seus dados pessoais para uso secundário, exceto se houver consentimento específico para este fim.

A coleta e/ou tratamento de seus dados pessoais, dentro da APV ocorrem para várias finalidades, tais como:

Administração de pessoal: cumprimento da legislação trabalhista, inclusive relacionada com a medicina e segurança do trabalho (normas regulamentadoras), gestão de colaboradores, estagiários e terceirizados.

Processos internos: gestão de serviços (contratadas, fornecedores, prestadores de serviços autônomos), gestão administrativa (pagamentos, prestação de contas), gestão patrimonial, comunicação institucional, realização de contatos internos e externos.

Secretaria executiva dos comitês: gestão de dados de membros de comitês, gestão do processo eleitoral dos comitês.

Gestão institucional: gerenciamento de contatos para a gestão do projeto, gerenciamento dos contratos de gestão, inter-relacionamento entre os componentes dos Sistemas Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos, realização de acordos de parcerias.

5. QUE TIPO DE INFORMAÇÕES COLETAMOS OU PROCESSAMOS

Tratamos diversas categorias de informações pessoais. Os dados que tratamos abrangem diversas categorias:

Dados de identificação pessoal: nome completo, data de nascimento, filiação, nacionalidade, naturalidade, endereço, telefone, e-mail.



Dados acadêmicos/escolares: comprovante de formação acadêmica.

Dados de identificação financeira: dados bancários, remuneração.

Dados militares: certificado de reservista (masculino).

Histórico conjugal: data de casamento, estado civil.

Informações de identificação atribuídas por instituições governamentais: CPF, RG, CNH, PIS, CTPS, registro profissional, certidão de quitação eleitoral, registro no conselho de classe e quitação.

Profissão e emprego: cargo.

Qualificação e experiência profissional: currículo, comprovante de experiência, atestado de capacidade técnica.

Também incluímos dados pessoais sensíveis, como:

Dados referentes à saúde ou à vida sexual: gênero, dados de saúde, atestado médico.

Segurança e medicina do trabalho: ficha de EPI, ASO (admissional, periódico e demissional).

Os dados pessoais são processados somente na medida do necessário e exclusivamente para finalidades legítimas, principalmente aquelas mencionadas nesta política. Se você optar por fornecer dados que possam melhorar o uso dos nossos serviços, mas que não sejam essenciais, a decisão é sua.

Adicionalmente, o trânsito em nossas instalações pode indiretamente envolver a coleta de dados como imagens de câmeras de segurança física, dados de conexão técnica, endereço IP, data e hora de conexão/uso dos serviços de rede. Essas informações são utilizadas para verificar autorizações de acesso a arquivos, sistemas de autenticação de usuários e utilização de aplicações/sistemas disponibilizados como recursos de rede de TI.

Apenas tratamos dados pessoais de menores nas situações em que eles são dependentes dos nossos colaboradores para finalidades específicas. Nessas circunstâncias, os dados são coletados e tratados com o consentimento tanto do menor quanto de seu responsável legal. Se tomarmos conhecimento de que uma pessoa menor de 18 anos nos enviou informações pessoais sem o consentimento do responsável legal, as informações serão deletadas imediatamente.

6. ACESSO INTERNO E TRANSFERÊNCIA EXTERNA DOS DADOS

6.1. Colaboradores da APV

O acesso aos dados pessoais tratados pela APV é restrito aos nossos colaboradores, bem como aos provedores e prestadores de serviços contratados por nós que necessitam desses dados para o desempenho de suas atividades. Qualquer acesso de terceiros aos seus dados pessoais requer sua permissão ou está fundamentado em uma base legal. Nossos fornecedores, prestadores de serviços e outros terceiros envolvidos devem processar os dados estritamente de acordo com nossas instruções e em conformidade com os regulamentos de proteção de dados aplicáveis, especialmente a LGPD.

6.2. Prestadores de serviços

Empresas contratadas para auxiliar na operacionalização dos nossos serviços terão acesso aos seus dados pessoais apenas por meio de colaboradores selecionados e autorizados. Todos os terceiros com quem

compartilhamos seus dados tem finalidades específicas conforme solicitado seguindo nossas instruções e mantendo a confidencialidade e segurança deles.

6.3. Utilização de dados pessoais por motivos legais

Se necessário, poderemos compartilhar seus dados pessoais com terceiros por motivos legais, como Ministério Público Federal, órgãos de controle, tribunais de contas estaduais e federais e órgãos gestores aos quais estamos vinculados por contratos de gestão. Nessas situações, seus dados serão compartilhados exclusivamente para cumprir uma finalidade específica estabelecida por lei, ordem judicial ou obrigação contratual.

6.4. Retenção e disposição dos dados pessoais

Não serão mantidos pela APV dados pessoais além do tempo de retenção apropriado e em conformidade com as finalidades específicas. Serão observados também os tempos requeridos pela legislação nacional em vigor para fins de auditoria, prestação de contas e cumprimento de obrigação legal ou regulatória.

O período de retenção dos dados pessoais terá como base os critérios de:

- a) legislação específica com prazo determinado para retenção de dados;
- b) finalidade do tratamento;
- c) existência de processos judiciais, administrativos ou arbitrais e;
- d) solicitações de informações realizadas por autoridades governamentais.

Quando expirado o prazo de retenção, no âmbito e nos limites técnicos das suas atividades, os dados pessoais serão dispostos pela APV de forma segura e controlada para assegurar os direitos e liberdades dos titulares dos dados pessoais.

7. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS

A titularidade dos dados pessoais, conforme artigo 17 da LGPD é o direito mais elementar da pessoa física em termos de proteção de dados e a APV reforça o seu compromisso de respeito aos direitos dos titulares de dados pessoais conforme disposto nos artigos 18 a 22 da LGPD, quais sejam:

Direito à confirmação da existência do tratamento: o titular de dados pessoais pode solicitar, junto à APV a confirmação da existência do tratamento realizados relativos a seus dados pessoais.

Direito de acesso: o titular de dados pessoais pode solicitar e receber uma cópia de todos os dados pessoais coletados e armazenados.

Direito de correção: o titular de dados pessoais pode requisitar a correção de dados pessoais que estejam incompletos, inexatos ou desatualizados.

Direito de eliminação: o titular de dados pessoais pode requisitar a exclusão de seus dados pessoais de bancos de dados geridos pela APV, salvo se houver um motivo legítimo para a sua manutenção, como no caso de obrigação legal de retenção de dados ou estudo por órgão de pesquisa. Na hipótese de eliminação, a APV se reserva o direito de escolher o procedimento de eliminação empregado, comprometendo-se a utilizar meio que garanta a segurança e evite a recuperação dos dados.

Direito de solicitar a suspensão de tratamento ilícito de dados pessoais: a qualquer momento, o titular de dados pessoais poderá requisitar da APV a anonimização, bloqueio ou eliminação de seus dados pessoais que

tenham sido reconhecidos por autoridade competente como desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD.

Direito de oposição a um tratamento de dados pessoais: nas hipóteses de tratamento de dados pessoais não baseadas na obtenção do consentimento o titular de dados pessoais poderá apresentar à APV uma oposição que será analisada pelo seu corpo técnico e Jurídico a partir dos critérios presentes na LGPD.

Direito à portabilidade dos dados: o titular de dados pessoais poderá requisitar à APV que seus dados pessoais sejam disponibilizados para si ou a outro fornecedor de serviço ou produto, respeitados o segredo comercial e industrial da APV, bem como os limites técnicos de sua infraestrutura.

Direito à revogação do consentimento: o titular de dados pessoais tem direito a revogar o seu consentimento. Entretanto, ressalta-se que isso não afetará a legalidade de qualquer tratamento realizado antes da retirada. Na hipótese de revogação do consentimento, talvez não seja possível fornecer determinados serviços. Sendo este o caso, o titular de dados pessoais será informado.

Revisão de decisão automatizada: quando uma decisão a respeito dos dados pessoais do titular é tomada com base em tratamento automatizado, o titular tem direito à revisão dessa decisão (artigo 20 - LGPD).

Reclamação junto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD): ainda assiste ao titular dos dados pessoais o direito de apresentar reclamação à ANPD das questões não solucionadas pelo Controlador.

Em caso de impossibilidade de adoção imediata da providência de que trata a LGPD, a APV enviará ao titular resposta em que poderá:

- a) comunicar que não é agente de tratamento dos dados e indicar, sempre que possível, o agente;
- b) ou indicar as razões de fato ou de direito que impedem a adoção imediata da providência.

Permanecerá disponível aos titulares de dados/responsáveis legais, o canal de atendimento, por meio do endereço eletrônico dpo@agenciapeixevivo.org.br para tirar dúvidas e/ou realizar solicitações relacionadas ao tratamento de seus dados pessoais. Serão solicitados os dados pessoais abaixo relacionados para a devida confirmação de identidade, bem como para o adequado prosseguimento do assunto:

- CPF do titular;
- Nome completo do titular;
- CPF do responsável legal, nos casos de dados referentes a menores de idade;
- Nome completo do responsável legal, nos casos de dados referentes a menores de idade;
- Celular e e-mail para contato;
- Documento de identidade com o documento de identificação próximo ao rosto, visando garantir a confirmação de identidade.

A APV esclarece que, em conformidade com legislações vigentes e aplicáveis à instituição:

- não serão entregues dados que, porventura, revelem segredo comercial e de negócio da APV;
- eliminação/apagamento/expurgo de dados/anonimização não poderá ser feito em prejuízo de direitos da APV (direito de defesa, para execução do contrato, para a correta identificação dos procedimentos realizados pela instituição, para auditorias, para cumprimento de obrigação legal);
- os dados pessoais serão mantidos pela APV, identificados os titulares, até que sejam esgotados os prazos prescricionais ou decadenciais previstos na legislação correlata.

8. INVENTÁRIO DE DADOS

O inventário de dados pessoais da APV é mantido permanentemente atualizado, identificando os tipos documentais e as informações que os contêm, visando seu tratamento (incluindo eventual obtenção de consentimento do titular) em acordo com a respectiva base legal, com adoção do conceito de coleta mínima. O inventário será revisado anualmente, considerando o contexto de produção ou acúmulo dos documentos e informações.

9. INCIDENTES OU VIOLAÇÃO DE DADOS

Todos os incidentes e possíveis violações de dados devem ser comunicados ao DPO. Todos os colaboradores devem estar cientes de sua responsabilidade individual para relatar e encaminhar problemas potenciais, além de denunciar violações ou suspeitas de violações de dados pessoais imediatamente após a identificação. Violações de dados englobam, mas não se limitam a: perda, exclusão, roubo ou acesso não autorizado a dados pessoais controlados ou processados pela APV.

10. SEGURANÇA DE DADOS

Qualquer dado pessoal que esteja sob os cuidados da APV será armazenado de acordo com os mais rígidos padrões de segurança e níveis legalmente exigíveis para impedir ou minimizar incidentes de segurança da informação, o que inclui, mas não se limita, a adoção de medidas como:

- a) proteção contra acesso não autorizado a seus sistemas;
- b) acesso restrito de pessoas específicas ao local onde são armazenadas as informações pessoais; e
- c) garantia para que agentes, colaboradores ou parceiros externos que realizarem o tratamento de dados pessoais deverão se comprometer a manter o sigilo absoluto das informações adotando as melhores práticas para manuseio dos dados pessoais conforme determinado nas políticas e procedimentos corporativos.

Caso empresas terceirizadas realizem o tratamento em nosso nome de quaisquer dados pessoais, elas respeitarão as condições aqui estipuladas e as normas de segurança da informação, obrigatoriamente.

11. POLÍTICA DE COOKIES

Com o intuito de melhorar a navegabilidade em nosso portal, a APV faz uso de cookies que consistem em arquivos digitais em formato de texto coletados e armazenados durante a navegação. Os cookies são utilizados para aprimorar a sua experiência, tanto em termos de performance, como de usabilidade no portal, uma vez que os conteúdos disponibilizados serão otimizados, ajustados de acordo com as preferências sistêmicas e, em casos específicos, utilizados em ferramentas de análises e de publicidade para compilar estatísticas anônimas.

A utilização de cookies é recorrente em plataformas digitais e o seu uso não prejudica os dispositivos em que são armazenados, sendo possível gerenciá-los diretamente nas opções do navegador de internet utilizado por você.

11.1. Relatório base de utilização de cookies:

- ✓ **Formulário de contato:**
 - o Não armazena IP (mas armazena os dados que são inseridos no formulário --- nome, email, etc)
- ✓ **Plugin de varredura de segurança**
 - o Pode armazenar IP quando faz bloqueio de acesso suspeito (Exemplo: um acesso das Filipinas/China/Rússia ao site será potencialmente bloqueado e o IP será exibido no nosso painel Administrativo)

- ✓ **Comentários no site**
 - o Permanentemente desabilitados
- ✓ **Área de usuário**
 - o Não existente
- ✓ **Plugin de redirecionamento**
 - o Não armazena IP
- ✓ **Serviços de terceiros**
 - o **Google Analytics** (considerado Cookie de desempenho)
 - Coleta dados de navegação
 - o **Google reCaptcha** (considerado Cookies estritamente necessários)
 - Proteção contra robôs (apenas tem efeito na tela de login do painel administrativo e no formulário de contato)

12. TREINAMENTO E SENSIBILIZAÇÃO

São realizadas de maneira contínua ações educativas, de capacitação, sensibilização e conscientização sobre as melhores práticas no tratamento de dados pessoais na APV. Além disso, é importante promover iniciativas de ampla divulgação dos riscos e ameaças associados à não adoção dessas práticas.

13. ATUALIZAÇÕES DESTA POLÍTICA

A Política de Privacidade da Agência Peixe Vivo disponibilizada junho/2024 é a versão mais atualizada do documento. A APV pode, entretanto, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, atualizar a Política visando aprimorar a segurança, melhorar nossos serviços ou para atendimento de obrigações legais, regulatórias ou administrativas.

A APV encoraja o titular a revisar periodicamente esta Política de Privacidade para se manter atualizado sobre como seus dados estão sendo tratados. Se o usuário não aceitar e não concordar com esta Política de Privacidade, incluindo quaisquer alterações, não deverá acessar ou usar as plataformas, serviços e produtos da Agência Peixe Vivo.

14. COMO ENTRAR EM CONTATO CONOSCO

Segundo a Lei nº 13.709/2018, a Agência Peixe Vivo é considerada o “Controlador” dos seus dados pessoais. Se, após leitura desta Política de Privacidade, tiver qualquer dúvida sobre esse documento ou dados pessoais, contatar o encarregado de dados pessoais por meio do e-mail dpo@agenciapeixevivo.org.br.

Após receber sua solicitação, nosso DPO confirmará sua identidade solicitando algumas informações adicionais como medida de segurança.

Você também pode ainda apresentar uma reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados em www.anpd.gov.br